

COMPANHIA DAS LETRAS

#VemPraRua

AS REVOLTAS DE JUNHO
PELO JOVEM REPÓRTER
QUE RECEBEU PASSE LIVRE
PARA CONTAR A HISTÓRIA
DO MOVIMENTO

PIERO LOCATELLI

BREVE COMPANHIA | REPORTAGEM

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudíavel a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***lelivros.love*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



COMPANHIA DAS LETRAS

#VemPraRua

AS REVOLTAS DE JUNHO
PELO JOVEM REPÓRTER
QUE RECEBEU PASSE LIVRE
PARA CONTAR A HISTÓRIA
DO MOVIMENTO

PIERO LOCATELLI

BREVE COMPANHIA | REPORTAGEM

Para Elisa Estronioli
Fôssemos infinitos
Tudo mudaria
Como somo finitos
Muito permanece.
Bertolt Brecht (Tradução de Paulo César de Souza)

Introdução

Este livro reconstrói as histórias e as circunstâncias que formaram o clima social e político em torno dos sete protestos contra o aumento da tarifa de ônibus, metrô e trem em São Paulo convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) e depois aderidos por grande parte da população em junho de 2013. Ele foi escrito e editado nas três semanas seguintes ao último protesto, enquanto seus desdobramentos ainda eram incertos.

A apuração foi feita a partir da minha experiência cobrindo as manifestações para o site e a revista *CartaCapital*. Posteriormente, fiz entrevistas com militantes do MPL e de outros movimentos sociais, funcionários da prefeitura, guardas civis metropolitanos, manifestantes, jornalistas, defensores públicos, vereadores e advogados.

Resguardei as fontes conforme eu ou os entrevistados achamos necessário, tornando os relatos impessoais. Isso inclui, entre outros, as mais de vinte horas de depoimentos colhidos de militantes do MPL depois dos protestos, e outras tantas conversas nas quais eles esclareceram em detalhes a dinâmica do grupo e suas decisões. Os motivos para essa postura ficarão claros no terceiro capítulo do livro.

A íntegra de vídeos e áudios cedidos por colegas também serviu de base para este relato. Documentos públicos, como boletins de ocorrência e ações judiciais, também foram uma referência.

Esta não é a história definitiva sobre os protestos. O jornalista, ao contrário do historiador (que trabalha e interpreta os eventos sociais a uma certa distância, seja ela cronológica ou mesmo metodológica), deve relatar o que viu, ouviu, apurou, pesquisou. Mas tudo ainda está muito próximo — até mesmo do autor, que lá pelas tantas, graças a um prosaico frasco de vinagre, converte-se em personagem provisório do relato. Além disso, a reportagem se concentra em São Paulo, enquanto mais de quatrocentas cidades aderiram às manifestações.

Ainda há muito o que escrever sobre o furioso mês de junho.

1° Protesto — 6 de junho, quinta-feira

“SE A TARIFA NÃO BAIXAR A CIDADE VAI PARAR”

Uma faixa preta de dez metros de altura por vinte de comprimento, escrita com letras brancas, foi esticada no viaduto do Chá, na região central, ao lado da prefeitura de São Paulo, naquela quinta-feira. Abaixo, a avenida Vinte e Três de Maio foi fechada por sete catracas de madeira e papelão, apoiadas sobre pneus em chamas. Cerca de 5 mil manifestantes desciam a via, que liga o centro à Zona Sul de São Paulo.

A cena pegou a cidade de surpresa, mas já estava na cabeça dos militantes do Movimento Passe Livre (MPL) havia meses. Eles tinham tirado fotos do local, estudado os trajetos no Google Earth e virado noites planejando os detalhes. A faixa comprada na Vinte e Cinco de Março, tradicional rua de comércio popular, custou R$ 600,00 ao movimento. A mãe de um militante a bordou e o resto do grupo a pintou. O preto e branco é uma escolha do movimento para se diferenciar do resto da esquerda, historicamente identificada com o vermelho. Naquela hora, olhando a rua fechada e a faixa pendurada num dos pontos mais conhecidos da cidade, os integrantes do MPL perceberam que o plano tinha sido bem executado.

A imagem daquele final de tarde estampou a capa dos jornais no dia seguinte. Sem tomar pé da situação, a Polícia Militar paulista não tinha efetivo suficiente para desbloquear a avenida. No local, policiais solicitavam reforço. Funcionários da prefeitura, que assistiam ao protesto das janelas do edifício Matarazzo — uma joia local da arquitetura de extração fascista —, foram surpreendidos pelo tamanho e método da manifestação. O protesto passou em frente à prefeitura após sair do Teatro Municipal, mas não estacionou ali. O desejo do movimento, naquele momento, era levar as pessoas para as ruas, e não ser recepcionado em salas fechadas.

Até então, “parar a cidade” parecia mais uma entre tantas palavras de ordem bradadas pelos movimentos sociais. O MPL chamou o protesto diante da perspectiva da tarifa de ônibus, trem e metrô subir em 1° de junho de 2013, de R$ 3,00 para R$ 3,20. Prefeito da cidade empossado em janeiro desse ano, o petista Fernando Haddad havia defendido o aumento já na campanha eleitoral do ano anterior, argumentando que o reajuste estaria abaixo da inflação. Se subisse de acordo com os índices oficiais, segundo o prefeito, a tarifa teria ido para R$ 3,40. O reajuste foi adiado em janeiro, quando normalmente acontece, para junho. Era uma concessão ao governo federal, que pretendia segurar o índice de

inflação, no qual a passagem do transporte público paulistano tem grande peso.

Como o aumento já era previsto, o MPL pôde convidar as pessoas para o ato com um mês e meio de antecedência em sua página no Facebook. A quinta-feira foi escolhida para iniciar os protestos por ser próxima ao final de semana, o que motiva as pessoas a participar, sem no entanto ser tão esvaziada quanto a sexta-feira, dia em que a energia coletiva é menos dedicada à política e mais ao hedonismo e à vida noturna. O ato no final da tarde também possibilitava que os trabalhadores dos escritórios e do comércio aderissem à manifestação depois do expediente.

Confesso que fiquei impressionado ao ver o protesto no canal Globo News, cujo apresentador criticava a manifestação. Eram aproximadamente sete da noite e eu terminava uma reportagem sobre Kenneth Goldsmith, um poeta norte-americano que procurava ajuda de pessoas ao redor do mundo para literalmente imprimir todo o conteúdo disponível na internet. Meu trabalho foi interrompido quando vi, na televisão, manifestantes em combate com a Força Tática, da Polícia Militar. Eles haviam sido perseguidos pelos policiais desde a Vinte e Três de Maio até a avenida Paulista, passando pela Nove de Julho. Logo desci da redação em que trabalho, na Paulista, para ver de perto o que acontecia.

Quando cheguei ao Masp, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, vi que os carros não conseguiam passar devido a sacos de lixo em chamas, queimados por manifestantes no meio da pista para retardar a movimentação das tropas. As bases policiais na esquina das ruas que cortam a Paulista, um esforço para transmitir sensação de segurança aos locais e turistas que passam diariamente pela avenida símbolo de São Paulo, tinham sido derrubadas e os vidros de uma estação de metrô, quebrados.

No cruzamento da rua Treze de Maio com a Paulista, mais de vinte veículos da polícia estavam estacionados. Ali, eu me deparei com a primeira nuvem de gás lacrimogêneo, substância que iria inalar diversas vezes nas próximas semanas. A ardência nos olhos ficou insuportável, mas mesmo assim segui em direção ao centro.

A Força Tática descia as ruas enquanto eu me adiantava para ver quem estava à frente. Quando virava uma esquina, adolescentes gritavam, sem medo: “Coxinha! Gambé!” — termos pejorativos para denominar os policiais na cidade. Ao entrar em uma nova rua, encontrava outros PMs que seguiam diferentes grupos de jovens. As forças do Estado e o povo brincavam de gato e rato nas vias que fluem para o centro da cidade.

Voltei à mesma esquina da Paulista com a Treze de Maio. O Shopping Paulista havia sido fechado depois que os vidros de um carro em exposição foram destruídos no interior da galeria. Sem sucesso, um avô tentava resgatar os netos

que, dizia ele, estavam ilhados na lanchonete McDonalds localizada dentro do prédio. Ao lado, vi o comandante da PM tentar retirar a tropa. Os jovens gritavam mais uma vez: “Seus coxinhas, estão com medo da força do povo”. Quando a polícia deu as costas, seguiram com o grito de “Amanhã vai ser maior”. Desde que me mudei para São Paulo oito anos antes, vindo de Curitiba, participando e depois cobrindo muitos protestos, nunca havia visto tantos policiais reunidos. Também nunca tinha presenciado grupos tão pequenos de cidadãos confrontando-os com tanto afinco.

Após voltar à sede da revista e escrever uma reportagem sobre a manifestação, decidi andar até minha casa. No meio do caminho, perto da meia-noite, passei pelo 78º Distrito Policial, para onde alguns presos do protesto haviam sido levados. Aquele DP, em um bairro nobre, os Jardins, não costumava receber esse tipo de ocorrência. Tentei perguntar a um policial quem e quantos estavam presos, mas fui expulso dali.

Na saída do DP, conversei com militantes do MPL pela primeira vez. Nina Capello, estudante de direito de 23 anos, e Mariana Toledo, pós-graduanda em sociologia, de 27, acompanhavam o que acontecia no distrito. O Movimento Passe Livre prestou assistência jurídica aos presos durante o protesto. Mesmo que os detidos não fossem do movimento, o MPL entendia que as violações dos direitos dos manifestantes não eram casos isolados. Para eles, a temperatura das ruas é um reflexo da violência policial, e todos os presos podem ser considerados presos políticos.

Sem conseguir informações na polícia, cheguei em casa e vi no Facebook que o MPL já havia convocado um protesto para o dia seguinte, no largo da Batata, Zona Oeste da cidade. Diferentemente dos anos anteriores em São Paulo, quando os protestos aconteciam semanalmente, a ideia do movimento era fazer uma mobilização mais intensa e concentrada, seguindo o exemplo de cidades que tinham conseguido revogar o aumento na tarifa dos ônibus, como Florianópolis.

O processo que desaguou naquele dia não tinha surgido do nada, tampouco era obra do acaso. Ele teve origem dez anos antes, quando jovens se revoltaram contra o aumento da passagem em Salvador.

A ORIGEM DO MOVIMENTO

“Se as pessoas têm o direito de ir e vir, a gente tem o direito de ir e vir pelo preço que achar justo.” No ano de 2003, uma estudante de Salvador tentou explicar a um policial militar porque era correto manifestantes trancarem ruas para pedir a redução da tarifa de ônibus. A cena foi capturada no documentário *A Revolta do Buzu*, de Carlos Pronzato, que retrata os protestos na capital baiana em agosto e setembro daquele ano, quando a tarifa subiu de R$ 1,30 para R$ 1,50.

Os protestos começaram de maneira descentralizada, impulsionados por

estudantes de escolas públicas. Eles obstruíam as ruas espalhados por diversos bairros, deixando a capital baiana com bloqueios em distintos pontos durante dez dias. Como o movimento não tinha uma liderança ou representantes, o então prefeito Antônio Imbassahy (PFL) negociou com entidades estudantis como a UNE (União Nacional dos Estudantes). As organizações apresentaram uma pauta com dez reivindicações e o prefeito acatou nove delas, deixando de lado a última, que era justamente o motivo principal pelo qual as pessoas ocupavam as ruas: a redução do preço da passagem. Depois dessa negociação, os manifestantes em Salvador se desmobilizaram, mesmo com o aumento mantido.

O documentário sobre Salvador foi exibido em escolas de Florianópolis no ano seguinte, quando foi organizada uma Campanha pelo Passe Livre na capital catarinense. Inspirados pelos baianos, os estudantes locais obstruíram terminais e pontes na primeira luta bem-sucedida contra o aumento. A prefeitura revogou o reajuste de 15,6% nas passagens (os valores dependiam dos trajetos na ilha).

O MPL iria se consolidar após a luta bem-sucedida em Florianópolis, em uma plenária no dia 28 de janeiro de 2005 no Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Lá, militantes de todo o país criaram uma federação, onde seus coletivos seguiriam os mesmos princípios, mas seriam autônomos e sem uma liderança central.

Com a criação do MPL, a pauta dos transportes voltava a ter atenção da esquerda. A mobilidade havia passado anos escanteada, desde que o vale-transporte se tornara um direito dos trabalhadores a partir de uma lei aprovada em 1985. A Constituição de 1988 estabeleceu nove direitos sociais, entre eles a educação, a saúde, o trabalho, o lazer e a segurança. Fruto de lutas sociais e pressões internacionais, a moradia entrou na lista em 2000. O transporte nunca mereceu esse espaço.

São Paulo teve um projeto de tarifa zero durante a gestão da petista Luiza Erundina no começo dos anos 1990, mas a ideia não foi implementada devido à resistência política. Em cidades como a capital paulista, as empresas são remuneradas pelo número de passageiros, ou seja, lucram mais com ônibus cheios. Lucio Gregori, secretário de transportes de Erundina, faz uma analogia com uma roda gigante. Os ônibus funcionam como essa atração: se já estão circulando, não há diferença no custo operacional ao colocar mais ou menos gente dentro dele. Por isso, a remuneração por passageiro não faz sentido e deveria acabar.

Depois da gestão de Erundina, o PT não tentou implementar a proposta no governo de Marta Suplicy (2001-2004), a qual foi no entanto retomada pelo MPL. O movimento defende que a tarifa zero poderia ser adotada com a criação de um fundo financiado pelo aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano

(IPTU) para bancos, shoppings, empreendimentos e hotéis, entre outros. Dessa forma, os mais ricos pagariam o transporte dos mais pobres.

Apesar de o norte do movimento ser um “transporte verdadeiramente público”, o MPL convoca protestos a cada vez que a passagem sobe. O movimento acredita que o reajuste da tarifa, mesmo que de vinte centavos, acentua a exclusão social. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2010, 37 milhões de brasileiros não têm dinheiro para pagar a passagem de ônibus regularmente.

Em 2006, quando o preço da passagem foi elevado de R$ 2,00 para R$ 2,30, o movimento fez seu primeiro ato contra o aumento em São Paulo. A manifestação seguinte começou em novembro de 2009. Diante da notícia de que a passagem aumentaria de R$ 2,30 para R$ 2,70 no início de 2010, três militantes se acorrentaram às catracas da Secretaria Municipal de Transportes.

No final de 2010, o movimento estava quase esvaziado, com apenas sete militantes em São Paulo. No ano seguinte, o MPL conseguiu retomar o crescimento. Quando a passagem subiu de R$2,70 para R$3,00, em 2011, o mpl fez uma série de protestos durante quatro meses, vários deles na frente do prédio onde morava o então prefeito Gilberto Kassab. A sequência de atos naquele ano foi a maior até então promovida pelo grupo, quando contou com novos militantes e apoio de diversos manifestantes sem ligação anterior com eles.

Depois dos protestos de 2011, o MPL conseguiu agregar mais entusiastas e trabalhou na elaboração de um projeto de lei de iniciativa popular para implantar a tarifa zero em São Paulo. O movimento se esforçou em levar sua pauta a escolas públicas da periferia, ocupações de moradia, e onde mais fosse possível, fazendo o chamado trabalho de base, ocasiões em que explicam o funcionamento do movimento e as suas reivindicações. O núcleo aumentou para cerca de cinquenta pessoas (os próprios militantes não sabem especificar quantos são), mas o essencial para eles era levar mais gente às ruas, mesmo que de fora do MPL e de outros movimentos. “A esquerda é pequena. Então a gente precisa não só da esquerda como um todo, mas também de gente que nunca participou da política. A gente não precisa necessariamente manter o controle sobre essa luta, e foi isso que aconteceu”, me explicou um militante do MPL após os protestos.

Na semana anterior ao ato na Vinte e Três de Maio, o MPL fez pequenos protestos perto das escolas em que faz trabalho de base, trancando ruas em bairros como Pirituba, no noroeste da cidade, e no M’Boi Mirim, extremo da Zona Sul. O esforço deles deu resultado, e o primeiro protesto no centro da cidade em 2013 teve mais de 5 mil pessoas, superando todos os anteriores.

2° Protesto — 7 de junho, sexta-feira

Os militantes do MPL evitam falar da vida pessoal para a imprensa. Percebi isso pela primeira vez na sexta-feira, dia 7 de junho, quando fui ao protesto no largo da Batata fazer uma reportagem em vídeo sobre o movimento. Queria entrevistar vários deles, mostrar quem eram, o que faziam e o que queriam. Estranhei que, em vez de me dar uma entrevista, o militante Matheus Preis me levava de um lado para o outro, em busca de outro integrante do MPL, chamado Marcelo. Outros militantes do movimento, reconhecidos pelas camisetas pretas e brancas com o desenho de uma catraca, não me respondiam ao serem abordados para entrevistas. Eu perguntei algumas vezes se Marcelo iria falar comigo porque comandava o movimento. “Não, não, não, o movimento não tem líder”, repetiam enfaticamente.

Quando encontrei Marcelo, a entrevista demorou mais que de costume para engrenar. A apresentação do entrevistado, que normalmente seria resolvida com duas perguntas, precisou de cinco. Indaguei como ele se chamava. Estou habituado a receber um nome completo em resposta, mas ganhei somente um “Marcelo”. Perguntei então seu sobrenome. “Hotimsky.” Em seguida, quis saber o que ele fazia. “Estudante universitário”, respondeu, mais uma vez de maneira incompleta. Certo, o que você estuda? “Filosofia.” Onde? “Na USP.” A dinâmica foi tão estranha que esqueci de perguntar sua idade, o que percebi ao chegar na redação e vasculhar a informação em seu perfil no Facebook.

Ao contrário da minha impressão inicial, Marcelo não era tímido ou mal articulado. Nos dez minutos seguintes, explicou com desenvoltura o que era o movimento, as suas reivindicações e a dinâmica do funcionamento do transporte público na cidade. Respondeu a todas as minhas outras questões de forma completa e cristalina.

A postura de Marcelo e a dinâmica dos militantes antes da entrevista não eram fruto de um capricho juvenil, mas de uma decisão política do MPL. Durante as semanas seguintes, eles se esquivaram de perguntas sobre a vida pessoal e ficaram incomodados quando as informações foram publicadas na imprensa. “Se você coloca o movimento social no perfil de uma pessoa, você esvazia a luta política. É como se tivesse que ser aquela pessoa, e não qualquer outra”, me explicou mais tarde um militante.

A maior parte dos integrantes do MPL com quem conversei estudavam, ou já haviam concluído, cursos de ciências humanas na USP (Universidade de São Paulo). Suas origens e classes sociais são distintas, de escolas na periferia

paulistana até colégios progressistas que cobram mais de R$ 2000,00 de mensalidade. Estive em contato com militantes adolescentes, de dezesseis anos, até adultos, de 29. Devido à origem variada dos integrantes, que eles buscam diversificar ao máximo através do trabalho de base, acham incorreto taxá-los como um movimento de classe média.

Não dar ênfase particular a cada um dos militantes do grupo é uma influência do zapatismo. A figura mais conhecida do Exército Zapatista de Libertação Nacional é o Subcomandante Marcos. Sempre encapuzado, usa o "sub" porque os verdadeiros líderes seriam os índios da região onde o grupo atua, em Chiapas, região paupérrima do México. "A gente não tem conjuntura para ser *encapuchado* mas pode acreditar que a gente seria se tivesse. Se não fosse pegar muito mal, a gente colocaria um capuz na cara", me disse um militante.

O MPL é influenciado pelos movimentos antiglobalização do final dos anos 1990, frutos da insatisfação com a esquerda tradicional e suas lideranças fortes e personalistas. Seus militantes buscam tomar decisões por consenso, usando votações somente em último caso. O movimento dá a menor atenção possível a um único militante e sua história pessoal. Nenhuma das notas feitas pelo MPL, sua principal forma de comunicação com a imprensa e a população, costumam ser assinadas, por exemplo.

A carta de princípios do MPL estabelece que "o contato com a mídia corporativa deve ser cauteloso, entendendo que estes meios estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público". Durante os protestos, o movimento atendeu a maior parte dos veículos, incluindo as maiores redes do país. Um militante conta que, ao dar uma entrevista para a Rede Globo, sentiu-se mal. "Aquilo é tudo que eu não acredito. Mas se você não der entrevista para a grande imprensa, vai vir o malucão do PT e falar um monte de bosta. Se a gente não falar, outras pessoas vão falar. Então, é melhor que a gente fale."

Sem um comando central, cada integrante tem uma função específica dentro do ato. Marcelo, naquele dia, tinha a tarefa de falar com a imprensa. Alguns militantes seriam escolhidos ao longo dos protestos para serem mais expostos, enquanto outros foram poupados e puderam seguir suas atividades mantendo o anonimato.

Preis, por sua vez, tinha sido incumbindo de dialogar com a Polícia e organizar a manifestação, buscando evitar conflitos. No meio daquele ato, tentava impedir que as pessoas ocupassem a pista principal da Marginal Pinheiros, enquanto a polícia tentava desocupá-la.

O MPL levou o protesto à Marginal quando percebeu que havia manifestantes em número suficiente para ocupar a larga via rodoviária que contorna aquele fiapo de água turva e malcheirosa que um dia foi o rio Pinheiros. O movimento

aprendeu, também com experiências bem-sucedidas em outras cidades, que radicalizar os trajetos, tomando vias importantes para a fruição do trânsito nas cidades, era essencial para alcançar seus objetivos.

Quando manifestantes seguiam pacificamente pela Marginal, a Força Tática começou a estourar bombas de gás lacrimogêneo atrás do grupo, que então correu pela via. Para evitar conflitos, o movimento tentou voltar ao largo da Batata, mas foi surpreendido pela Tropa de Choque, que os aguardava logo à frente. O comandante do Choque me disse que havia uma ordem do governador Geraldo Alckmin para que o protesto não entrasse na avenida Brigadeiro Faria Lima, no caminho para o largo. Os manifestantes estavam parados quando mais bombas começaram a explodir.

Em meio à nuvem de gás, uma garota que estava somente com os olhos de fora espirrou vinagre na minha camiseta. Disse para eu me cuidar e cheirá-lo. Naquela sexta, eu havia acordado indisposto devido à inalação do gás durante a cobertura do protesto anterior. Estava com o olfato comprometido, e tinha uma sensação de queimado que persistia quando eu respirava. Durante os protestos, várias reportagens questionaram o funcionamento do ácido acético para amenizar os efeitos do gás lacrimogêneo. Empiricamente, posso afirmar que, depois de a anarquista desconhecida me ajudar, acordei bem no dia seguinte.

Indo por ruas mais estreitas, o protesto conseguiu chegar ao largo, onde foi feito um jogral para encerrá-lo. Enquanto isso, a preocupação na prefeitura aumentava. No final de semana, Haddad viajaria para Paris, junto a Alckmin, para defender a candidatura de São Paulo à sede da Exposição Mundial de 2020, projeto vitrine onde seriam investidos R$ 24 bilhões pelo poder público. A vice-prefeita, Nádia Campeão (PCdoB), desmarcou a viagem para acompanhar os protestos da terça-feira seguinte.

3° Protesto — 11 de junho, terça-feira

O Movimento Passe Livre não usa carro de som. Para seus militantes, o veículo escancara a dinâmica de partidos, sindicatos e movimentos sociais da esquerda tradicional. Quem está em cima fala mais alto, subjuga, cala e dirige os demais. A ideia de um dirigente com um microfone na mão iria contradizer um movimento que busca não ter líderes. Nem rebanhos.

Na falta de alguém no palanque, o motor dos atos é a Fanfarra do MAL. Apesar de ter militantes do MPL entre seus integrantes, a fanfarra não tem uma só bandeira nem é subordinada a nenhuma liderança ou grupo. MAL é a sigla para Movimento Autônomo Libertário. Autônomo porque pode apoiar o que os seus músicos acharem que vale a pena, como a marcha da Maconha, a marcha das Vadias, protestos de movimentos sociais de moradia e contra a internação compulsória.

A fanfarra é organizada para aguentar conflitos e ir até o final dos protestos. Os militantes se revezam e tocam todos os instrumentos, dos bumbos ao trompete. Qualquer um pode e consegue puxar o ritmo. Assim, o som continua mesmo se algum integrante desaparecer, ou for desaparecido, durante o ato.

Quando as manifestações começam a ficar caóticas, eles são a espinha dorsal do ato. Continuam tocando enquanto suportarem gás lacrimogêneo e balas de borracha. Se existe música, é mais fácil os militantes acreditarem que não há nada de errado. Por isso, a Fanfarra fica o máximo possível no local de conflito.

Nos atos, a Fanfarra deve amplificar a voz dos manifestantes. Com algumas exceções. Se alguém puxa o Hino do Brasil, por exemplo, eles tentam atrapalhar com outra música ou cantar mais forte. De resto, dão ritmo às melodias dos manifestantes.

Foi assim naquela terça-feira, em frente ao terminal Parque Dom Pedro II, no centro, quando a banda acompanhava os gritos de “pula catraca”. A Fanfarra continuou a tocar enquanto a polícia jogava bombas de gás lacrimogêneo. O conflito começou quando manifestantes tentaram entrar no terminal e a Polícia Militar os impediu, pouco antes das oito da noite. Eles argumentavam que já haviam entrado no prédio do terminal em outros anos sem danificá-lo, mas não adiantou. A polícia tinha permitido que eles fossem até ali, mas não os deixava passar pela estação.

Sem ter aonde ir, os manifestantes insistiram em furar o bloqueio e o conflito começou. A Fanfarra ainda estava tocando quando atearam fogo em um ônibus elétrico e as bombas foram disparadas. A banda só foi embora quando os tiros de

bala de borracha deixaram a situação insustentável. E cada vez mais perigosa.

O ato começou mais cedo, na avenida Paulista, e uma forte chuva começou a cair logo em seguida. Sem megafones e celulares, danificados pela água, uma militante do MPL lembra que a comunicação durante o ato foi difícil, ele foi "tocado no berro". Os manifestantes desceram a rua da Consolação e, em cima da hora, decidiram entrar na Radial Leste, via que liga o centro à região mais populosa da capital.

Em frente ao Tribunal de Justiça, antes que o ato chegasse ao terminal, um policial tentou impedir um manifestante de pichar o prédio, perto das sete e meia da noite. Militantes começaram a apedrejar o PM, que sacou uma arma e a apontou. Mas ele não atirou. Antes, foi retirado do local e protegido por militantes do Movimento Passe Livre. Eles gritavam para que fosse chamada uma ambulância, e que o ato continuasse.

Daniel Silva Ferreira, malabarista de vinte anos, conta que passava ao lado do tribunal quando viu a confusão. Apesar de participar do ato, afirma que não chegou a se envolver no conflito com o policial. Mais de duas horas depois, tentava ir embora do protesto, em direção à avenida Paulista. Ele estava a dois quilômetros do Tribunal quando foi abordado por policiais nas esquinas da rua Artur Prado com a rua Pedroso. "Ninguém vai subir nesta merda! Ninguém vai para a Paulista! Pode voltar!", gritavam. Obedecendo, tentou retroceder. Mas, em seguida, uma viatura da polícia chegou e os levou ao 1º Distrito Policial, na praça da Sé.

Ao chegar à delegacia, Daniel conta que descobriu qual era a acusação: arremessar pedras no policial em frente ao Tribunal de Justiça. Ao lado de um advogado do MPL, também soube que sua fiança seria de R$ 3000,00. O movimento tentou arrecadar dinheiro para ajudar os detidos. Ao longo das próximas três semanas, conseguiram quase R$ 30000,00 de mais de quatrocentos doadores. No caso de Daniel, ela seria paga no dia seguinte com parte desse dinheiro.

O malabarista foi transferido no meio da madrugada para outro Distrito Policial, no Bom Retiro, onde dormiu e conversou com outros presos. "Eles falaram que estavam presos por vender drogas, porque matou não sei quem. Aí os caras falavam 'puta merda, o que vocês tão fazendo aqui? Os policiais tão zoando com vocês'", lembra Daniel.

O jovem conta que foi posto em um caminhão, algemado, com outras trinta pessoas. Pintado de preto por dentro, o transporte era quente e desconfortável, provocando ferimentos nos manifestantes quando os policiais freavam bruscamente. Eles foram levados ao Instituto Médico Legal (IML) e depois ao Centro de Detenção Provisória (CDP) Belém II, na Zona Leste.

Ao chegar no CDP, foram obrigados a encurtar a barra das calças para ficarem do comprimento de uma bermuda. Um carcereiro entregou uma máquina de cortar cabelo, para que Daniel (então barbado e cabeludo), e os outros presos cortassem os fios uns dos outros. Isso ocorreu em uma cela com o chão molhado de esgoto. Naquele momento, ele não sabia mais se seus amigos do lado de fora iriam conseguir ajudá-lo. O último contato com um advogado havia sido ainda na praça da Sé.

Daniel foi retirado do CDP sem ser informado aonde ia. No caminho, os agentes que os transportaram diziam que o levariam ao presídio de Urso Branco, em Rondônia, e que ele morreria lá para servir de exemplo às pessoas do lado de fora. Diziam também que ele não deveria ter desafiado o Governo. Procuravam incutir-lhe o terror com essa série de bravatas.

Ele só soube que estava sendo levado ao presídio do Tremembé, distante 150 quilômetros da capital, ao chegar ali, onde foi bem tratado. Conhecido como um presídio de luxo, costuma ser o destino comum de detentos notórios e sem ligação com organizações criminosas, como Alexandre Nardoni, Lindemberg Fernandes e Roger Abdelmassih.

Passou algumas horas por lá, antes de ser solto, no final da tarde de quinta-feira. Em liberdade está sendo processado por agressão, dano ao patrimônio público e desacato à autoridade. Outras doze pessoas foram presas em flagrante naquela terça.

4° Protesto — 13 de junho, quinta-feira

Os manifestantes não vão ficar “à vontade” como nos outros protestos. Na manhã daquela quinta-feira, li essa declaração feita pelo tenente-coronel Marcelo Pignatari, comandante da Polícia Militar na região central da cidade. Naquele momento, me dei conta de como seria aquele dia.

Da França, outros sinais iam na mesma direção. Alckmin chamou os manifestantes de covardes. Haddad fez coro às críticas em tom acadêmico, ao dizer que eram “pessoas inconformadas com o Estado democrático de direito”.

Os dois principais jornais da cidade incitavam uma ação mais forte da polícia. Editorial na *Folha de S.Paulo*, intitulado “Retomar a Paulista”, dizia: “[...] os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia [...]”. O periódico pedia: “ [...] é hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista [...]”. O *Estadão*, também em editorial, reclamava da atuação da polícia até então: “[...] as autoridades da área de segurança pública deveriam ter determinado à polícia que agisse, desde o início do protesto, com maior rigor [...]”.

As declarações de agentes públicos e a posição dos principais veículos de notícia deixaram jornalistas e manifestantes bastante preocupados. Eu e colegas trocávamos mensagens, esperando uma repressão maior naquele dia e combinando de nos encontrarmos, pois vários estavam com medo de ir ao ato sozinhos.

Me lembrei da menina anarquista que me salvara no segundo dia das manifestações. Esperando mais gás lacrimogêneo, passei no mercado depois de sair da redação e comprei uma garrafa de plástico de 750 ml de vinagre de vinho tinto por menos de R$ 2,00 no caminho ao ponto de ônibus.

Desci ao lado da entrada do metrô Anhangabaú, região central da cidade, a uma quadra do ponto de encontro do protesto, em frente ao Teatro Municipal. Cheguei às 16h50, dez minutos antes do horário marcado. Dois jovens, sentados no porta-malas de um carro da polícia, eram detidos. Enquanto isso, policiais revistavam pedestres ao redor. Perguntei por que eles estavam sendo levados. “Eles estão sendo averiguados para ver se estavam envolvidos na outra manifestação que já teve o resultado que você viu”, disse o sargento. Os dois detidos me disseram que só estavam carregando vinagre.

Um deles era Pedro Lande, estudante de direito de 26 anos. Ia ao protesto após sair do estágio num escritório do centro da cidade. Até o ato anterior, no largo da

Batata, nunca havia participado de uma manifestação nas ruas, “além do Facebook”. Levava o vinagre aconselhado por um amigo, professor de história. Eu soube que eles estavam sendo conduzidos para a base policial na praça do Patriarca, a duas quadras dali, e decidi segui-los para saber o que aconteceria.

No meio do caminho, ao atravessar o viaduto do Chá, policiais revistavam outros manifestantes. Parei para filmá-los, queria mostrar que o caso de Lande não era isolado. Foi quando o sargento Leandro Silva pediu para eu tirar minha mochila das costas e abri-la. Tivemos o seguinte diálogo:

Eu: Eu sou jornalista, amigo. Você quer a minha identificação?

Policial: Não, não. Não precisa não.

Eu: Tem vinagre aqui dentro. Tem algum problema?

Policial: Tem. Vinagre tem.

O sargento Silva abriu minha mochila enquanto eu continuava a filmar. Perguntei qual lei ou norma proibia o porte de vinagre, mas não obtive resposta. Os policiais diziam que tudo ia ficar bem, mas precisavam me levar até o comandante.

Pela ausência de respostas por parte dos “agentes da ordem”, percebi que cumpriam uma diretiva vinda de cima. Eles nem sequer se importaram quando telefonei para uma amiga e avisei que estava sendo detido. Aos policiais, disse entender que estavam exercendo seu trabalho, e eu também estava fazendo o meu. Fui até o comandante sem resistir.

Na praça, dezenas de pessoas estavam com as mãos para trás e a cabeça encostada em frente ao portão de uma loja fechada. Liguei novamente a câmera do celular. Este foi meu último diálogo com policiais antes de ser colocado ao lado dos detidos.

Policial Militar Pondé: Tá gravando aí, irmão?

Eu: Tô. Sou jornalista, amigo.

Capitão Toledo: Vinagre. Pode ficar ali com a mão para trás.

Eu: Como é que é? Eu estou sendo preso? É isso?

Capitão Toledo: Pega e fica ali com a mão pra trás! Coloca a mão pra trás aí! Mão pra trás! Mão pra trás e pega a sua bolsa! Mão pra trás!

Fiquei com a cara colada no portão. Ao meu lado, uma mulher gritava: “Para de me agredir, você é homem”. O policial então perguntou se ela preferia uma policial feminina, “para te agredir”. Em seguida, uma oficial apareceu, e a manifestante detida continuou a gritar.

Ela estava à minha direita. Ao meu lado esquerdo, um colega fotógrafo, que seria liberado logo em seguida. Em meio a luzes e barulho de helicópteros, ele percebeu os flashes na parede. Se existia flash, algum fotógrafo estaria atrás de nós. Se existiam fotógrafos, jornalistas estariam juntos. Eu tentei virar para trás e

procurar colegas, mas policiais me empurravam e mandavam olhar para a frente, gritando para eu “não arranjar problema”.

A terceira vez que decidi virar seria a última, quando vi ao longe um colega. Gritei o nome dele e fui colocado novamente contra a parede. “Vai mostrar a vergonha que você tá passando aí”, gritava uma policial. “Coloca a mão pra trás e olha para a parede.”

Alguns jornalistas — incluindo a que eu tinha avisado da minha prisão por telefone — pediram para que eu me virasse, permitindo que eles fizessem uma foto. Depois, ela seria usada nas redes sociais e sites para escancarar a minha prisão. Também disseram que tinham conseguido um advogado para mim, o que inicialmente me tranquilizou. O celular vibrava sem parar no meu bolso, ficava claro que estavam me procurando. Minha maior preocupação, a partir dali, foi manter as gravações.

Fui obrigado a embarcar em um ônibus da polícia com cerca de vinte pessoas. Ao meu lado, uma menina, pré-vestibulanda, me perguntou cochichando porque estavam tirando fotos de mim do lado de fora. Expliquei que era jornalista e aqueles eram amigos. Ela disse que “ao menos eu ia poder escrever sobre o que aconteceu; os outros não poderiam fazer o mesmo”.

No meio do caminho, uma garrafa de vinagre rodava pelo chão. Um policial, irritado, perguntava pelo dono. Eu mostrei que ainda estava com meu frasco. Perguntei algumas vezes por que havia sido preso e para onde eu estava sendo levado. Mais uma vez, não obtive resposta.

O ônibus da polícia seguiu por um caminho longo até o 78º Distrito Policial, nos Jardins, o mesmo onde havia conhecido Nina e Mariana no primeiro protesto. Chegamos ali com um policial gritando: “Mãos nas costas, olhando para a frente, olhando para o chão. Suas liberdades foram cerceadas”. Nos puseram em fila para a revista, na entrada do DP. Pedi para vestir um casaco e um policial negou, dizendo que dali a pouco ia “ficar quente”.

O tratamento foi mais cordial quando a minha guarda passou da Polícia Militar para a Civil. Os gritos pararam e a delegada dizia que não estávamos presos, somente “detidos para averiguação”. Apesar da gentileza dela, a Constituição prevê que só há dois casos em que um cidadão pode ser preso: flagrante ou ordem de um juiz. Nenhum se aplicava.

Dentro do DP, os policiais me perguntavam o que eu estava fazendo com um vinagre na mão. Eles não entediam que aquele era o motivo da prisão. Do lado de fora, Pignatari, o mesmo policial que havia prometido que ninguém ficaria à vontade, justificou a minha detenção. “Ele estava com uma substância que alega ser vinagre, então vai ser submetido a uma perícia para avaliação.”

Vinagre não foi o único pertence que gerou prisões naquele fim de tarde.

Megafone, potes de tinta guache e até uma bandeira do Partido Comunista Brasileiro (PCB) serviram como motivo para as detenções. Os boletins de ocorrência da própria polícia registram, por exemplo, um manifestante detido por levar uma "touca ninja" e uma máscara do personagem psicopata Hannibal Lecter, do filme *O silêncio dos inocentes*.

A máscara mais comum nos protestos não era a de Hannibal, mas de Guy Fawkes, revolucionário que tentou explodir o parlamento inglês no século XVI. Sua face foi popularizada pela história em quadrinhos *V de Vingança*, do cultuado artista Alan Moore. Apesar do reconhecimento entre aficionados por HQs, o rosto só ficou conhecido com a adaptação feita para os cinemas em 2005. Desde então, começou a ser associada ao grupo pouco definido Anonymous, e seu uso foi disseminado amplamente durante os protestos cunhados como Ocuppy ao redor do mundo.

A máscara de Guy Fawkes tem uma utilidade clara: ocultar a identidade do manifestante. A de Hannibal Lecter não serve para isso. Tem o formato de uma focinheira de cachorro, e assim esconde somente a parte de baixo do rosto. Por que, então, alguém carregaria a máscara? Segundo o boletim de ocorrência, "o averiguado informou que comprou a máscara porque gosta do filme *Hannibal Lecter*, mas não tem a nota fiscal do produto e não participava da manifestação".

Fui liberado duas horas e vinte minutos após ser detido, com a chegada de advogados da revista. Minha atividade profissional amenizou os problemas causados pela ação da polícia, mas os outros detidos não tiveram a mesma sorte. Eles ficaram presos por mais tempo — levados pela polícia às cinco da tarde, os últimos só foram liberados depois da meia-noite. A delegada me deixou ir embora com meu frasco, que nunca foi avaliado conforme Pignatari prometera.

Ao mesmo tempo que eu saía do DP, a cavalaria e a tropa de choque da Polícia Militar recebiam os manifestantes na Consolação, na altura da rua Maria Antônia — que fora em 1968 palco de um duríssimo confronto entre alunos da USP, de esquerda, e da Universidade Mackenzie, de direita —, mais uma vez com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Durante as horas em que estive preso, o protesto andou menos de dois quilômetros, sem grandes problemas. O movimento havia feito o caminho entre o Teatro Municipal e a praça Roosevelt. Ali, como ainda havia muita gente, decidiram aumentar o trajeto. Escolheram seguir pela rua da Consolação e a avenida Rebouças, duas vias importantes e largas essenciais para manter São Paulo em movimento, pois ligam a Zona Oeste ao centro da cidade. Depois dos problemas da terça-feira, queriam mostrar controle sobre o protesto. O plano do movimento era passar ao lado da Paulista, sem entrar nela, e evitar confrontos ao máximo. Não foi como planejado: a polícia bloqueou a passagem do ato antes disso.

A repórter da *Folha* Giuliana Vallone, de 27 anos, estava logo à frente dos manifestantes quando a polícia começou o confronto, alegando que não haviam feito o trajeto combinado. Ela não iria trabalhar no protesto daquele dia, mas mudou de ideia após um colega ser atingido por um cassetete.

Encostada em uma parede, Giuliana filmou um manifestante jogando uma bomba dentro de um ônibus vazio. Em seguida, encontrou um policial que, com uma arma na mão, falou uma frase bem clara: “Sai daí agora”.

Entendido o recado, seguiu em frente. Encontrou outro colega do jornal após se refugiar dentro de um prédio, ao ser convidada por um porteiro para se proteger. Naquela hora, já queria ir. Estava cansada e tinha se perdido da equipe, a bateria do celular tinha acabado. Não havia mais o que fazer ali.

Subindo a rua Augusta com seu colega, a repórter encontrou uma mulher que desceu do ônibus antes do ponto final por causa dos bloqueios. Ela precisava chegar à avenida Paulista e tomar outro ônibus. Desnorteada, pedia ajuda. Giuliana orientou que ela entrasse pela porta entreaberta de um estacionamento, enquanto esperava a Tropa de Choque passar.

Quando parou de ouvir os barulhos de bomba, Giuliana foi até a porta e indicou a direção da Paulista para a mulher. Logo após sair, ela reapareceu correndo na direção da repórter, gritando “moça, eles voltaram”.

A jornalista a encaminhou de volta ao estacionamento e, mais uma vez, se deparou com o Choque do lado de fora. A tropa desceu de um caminhão no meio da rua praticamente vazia. Ela viu a formação dos policias com escudos a cerca de vinte metros. Ao lado da barreira, alguns estavam armados com armas de balas de borracha.

Giuliana não dirigiu nenhuma palavra a eles. Olhou no rosto de um policial, que apontou a arma na sua cabeça. Em seguida, ouviu o barulho do tiro e teve a sensação de que uma bola atingia seu rosto fortemente.

Minutos depois, escutei gritos na redação. Escrevia o relato sobre minha prisão quando a imagem chocante da jovem repórter sentada no chão, com os olhos ensanguentados, já circulava na internet. Barulhos de bombas, tiros e gritos na rua começaram em seguida a ser ouvidos por nós dentro do prédio, onde também era possível sentir o cheiro do gás.

O caso de Giuliana não foi isolado. Assim como ela, outros jornalistas e manifestantes foram perseguidos pela polícia nas ruas em direção à Paulista. Outro fotógrafo foi atingido no olho. Naquele dia, quinze jornalistas sofreram agressões de policiais no centro da cidade.

O tratamento mais agressivo não foi exclusivo para a imprensa. Aquele foi o dia com mais detenções, sendo 61 presos em flagrante e mais de duzentos “levados para averiguação”. Passei a madrugada falando com militantes que

também presenciaram situações parecidas com a minha. Vídeos amadores mostrando as arbitrariedades da polícia pipocavam nas redes sociais. Não fui o único a passar a noite insone.

5° Protesto — 17 de junho, segunda-feira

Considerado o melhor chef de cozinha do Brasil, Alex Atala foi ao largo da Batata na segunda-feira usando uma camiseta branca com o escrito “V de Vinagre”. O seu traje remetia, ao mesmo tempo, aos casos de detenção e às máscaras de Guy Fawkes. Mais cedo, Atala, que até então não havia comentado publicamente os protestos, postou uma foto de um cartaz com um trecho do hino nacional na rede social Instagram: “Verás que um filho teu não foge à luta”. Diante da imagem, o estilista Alexandre Herchcovitch respondeu: “Estarei às 16h na Choque Cultural”, galeria paulistana especializada em arte de rua com sede próxima ao local de encontro do protesto.

No começo do protesto daquele dia, ao chegar ao largo da Batata, percebi que os manifestantes não eram os mesmos dos outros atos. Imperceptível antes, o nacionalismo estava presente, com músicas como “eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”. A hostilidade aos partidos também começava a dar as caras, com os gritos “sem partido” e “abaixa a bandeira”. Ao meu lado, militantes que carregavam bandeiras do PSOL e do PSTU foram expulsos, enquanto tentavam argumentar que não eram oportunistas, estavam ali desde o primeiro dia. Faixas contra o PT, como “Lulladrão, seu lugar é na prisão”, pela redução da maioridade penal e contra a corrupção marcavam presença no protesto.

Algumas demandas eram bem confusas. Uma foto publicada pelo próprio Atala, novamente em seu Instagram, sintetizava a proliferação de reivindicações daqueles dias. A imagem tinha o ex-presidente Lula ao lado do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, e de dois deputados federais condenados no processo do mensalão: José Genoíno (PT-SP) e José Dirceu (PT-SP). Abaixo, estava grafado: “Não se esqueça que no dia 26/02/2013 será votada a PEC 37”. Tudo isso sob a frase: “PEC da impunidade”. A proposta de emenda constitucional, em tramitação no Congresso, estabelecia que o poder de investigação criminal fosse exclusivo da polícia. Se aprovada, diminuiria o poder de órgãos como o Ministério Público. Uma discussão penal extremamente técnica e intricada havia virado uma questão das ruas, ao ser traduzida como “PEC da Impunidade”. Muitas pessoas foram às ruas contra ela, sem saber exatamente por quê.

No resto do país, por onde as manifestações haviam se alastrado, a pauta era ainda mais diversa. Os atos aconteciam enquanto o Brasil sediava a Copa das Confederações, espécie de ensaio para a Copa do Mundo de 2014, e os protestos

viraram um depositório de diversas questões de direita e esquerda. A ação direta também se espalhou pelo país naquele dia, quando o prédio da Assembleia Legislativa foi invadido no Rio de Janeiro e a rampa e a segunda laje do Congresso Nacional foram ocupadas em Brasília.

Os protestos não eram exclusividade da classe média. No extremo sul de São Paulo, região mais pobre e crivada de favelas, uma multidão deixou o Grajaú e caminhou até a ponte do Socorro, parando os dois sentidos da via a dezessete quilômetros do largo da Batata.

Naquela segunda, os protestos ocorreram em doze capitais, e estimativas davam conta de que mais de 200 mil pessoas haviam ido às ruas, na maior manifestação desde que os caras-pintadas pediram o impeachment do presidente Fernando Collor em 1992.

Muito tinha mudado desde a quinta-feira. Já era possível comprar um kit protesto na internet. Por R$ 16,00, tudo que você precisava para ir às ruas: um apito, uma máscara de Guy Fawkes e uma bandeira do Brasil.

A classe média menos simpática aos movimentos sociais mostrava sua cara. Na avenida Chedid Jafet, passei em frente ao shopping JK Iguatemi, reduto da elite paulistana que abriga lojas como Dolce e Gabbana, Chanel e Prada. A inauguração do empreendimento, que ocorreu em 2012, foi postergada porque obras obrigatórias no entorno do empreendimento não foram concluídas no prazo legal. O local costuma gerar muito trânsito devido ao excesso de veículos que fazem fila para entrar no estacionamento. Apesar de ser próxima a uma estação de trem, é de difícil acesso via ônibus e metrô. Naquele dia, seus clientes pareciam entusiastas do transporte público. Do segundo andar da parede de vidro do shopping, uma mulher aplaudia a manifestação e, empolgada, uma criança pulava junto com ela. Ao lado, outros clientes tiravam fotos e acenavam para a manifestação.

Junto à classe média, os veículos de imprensa aderiram ao protesto. Se no começo das manifestações poucos órgãos eram favoráveis a eles, agora o apoio era quase geral e irrestrito. No final da tarde e começo da noite daquele dia, a Rede Globo cancelou o capítulo do dia das novelas das seis e das sete para transmitir ao vivo os protestos, de maneira elogiosa. Quando citavam as depredações, insistiam em dizer que elas eram oriundas de uma "minoria baderneira". Editorial da *Folha de S.Paulo* no final de semana condenava a ação dos policiais, agora se referindo a eles como "agentes do caos e da truculência".

Televisões e jornais faziam esforço para diferenciar o "bom" e o "mau" manifestante, o vândalo e o pacífico — dicotomia que o MPL rejeitou insistentemente, dizendo que não era possível dividir os participantes dos atos dessa forma, e que a ideia do que era um vândalo mudava ao longo do tempo.

Um dos que acreditavam nesta divisão foi o próprio Atala, que depois do protesto usou novamente seu Instagram para postar a mensagem: “manifestação sim, vandalismo não, violência nunca”.

Pelo que mostrou o programa policial do eloquente e agressivo José Luiz Datena já na quinta-feira anterior, ao contrário de Atala, boa parte da população seguia a linha do movimento. Ao falar sobre os “baderneiros”, o apresentador fez uma pergunta ao vivo: “Você é a favor deste tipo de protesto?”. Enquanto Datena falava dos excessos cometidos por uma “minoria”, a maior parte dos telespectadores respondia, por telefone, que era favorável. Inconformado, mudou a pergunta para “Você é a favor de protesto com baderna?”. A maioria continuava a responder sim, e Datena teve que mudar de opinião ao vivo. Foi a primeira vez que isso aconteceu em seu programa.

A mudança não se deu só na mídia. Diante do massacre da quinta-feira, o prefeito Fernando Haddad também começava a cogitar a redução da tarifa, ainda que de forma elusiva. Na segunda-feira, esteve frente a frente com um integrante do MPL pela primeira vez desde o início dos protestos. O prefeito surpreendeu a militante Nina Campello, que conversava com o secretário de Governo, Antônio Donato, sobre a participação do movimento no Conselho da Cidade, marcado para a terça-feira. A ela, Haddad disse que não era possível revogar o aumento, por motivos técnicos. O movimento escreveu uma nota em que reiterava que baixar a tarifa era uma decisão política, e convidava o prefeito a se reunir com eles dali a dois dias.

Durante o final de semana, o MPL percebeu que o foco na sua pauta original, a redução da tarifa, poderia ser diluído homeopaticamente em meio às outras reivindicações, e corria o risco de ocupar um espaço ínfimo diante de tantas demandas. O movimento estava acostumado com outras pautas colocadas durante seus protestos, mas nunca naquela escala. Diante disso, tomou atitude para conter o processo.

O movimento decidiu aparecer mais, chamou uma entrevista coletiva na manhã da segunda-feira e aceitou um convite para participar do programa *Roda Viva*, na TV Cultura naquela mesma noite. Assim, tentava manter o papel de protagonista nos atos. “Como era decisivo, a pauta não podia virar outra coisa. E se virasse outra coisa, a gente tinha sérias chances de perder”, me disse um militante.

O movimento já tinha clareza de que aquele seria o maior dos protestos. “A gente percebeu que, se não barrasse o aumento, ia levar toda uma geração por dez anos com sensação de derrota. As pessoas iriam ver que você joga 100 mil pessoas na rua e nada acontece. A gente tinha a responsabilidade de vencer.”

O MPL planejou um ato simbólico: a tomada da ponte Estaiada, na marginal

Pinheiros, projetada pelo governo de Marta Suplicy (PT). A construção leva o nome de Octavio Frias de Oliveira, fundador da *Folha de S.Paulo*, mas é conhecida como Estaiada devido ao seu suporte, algo entre uma ponte fixa e uma ponte pênsil. Cabos pendurados em um mastro, em formato de X, seguram a pista curva que liga um bairro residencial nobre, o Morumbi, à sede de grandes empresas. A construção levou à desapropriação do Jardim Edite, favela situada na região. Agora, a área é um símbolo da economia paulistana baseada no setor de serviços e comunicações. Localizada ao lado da Rede Globo, a ponte costuma aparecer como o cenário de fundo dos telejornais locais da emissora. Além disso, escancara a prioridade dada ao transporte individual, pois não tem espaço para pedestres e bicicletas. Nenhuma linha de ônibus passa por ela. Foi feita somente para os carros.

Por todos esses motivos, o movimento quis tomá-la. Conseguiram separar dois grupos, que saíram do largo da Batata, e se juntaram em cima da ponte. Eu chegava por um deles, vindo pela avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini. Em meio à multidão silenciosa, eu estava entediado. Não havia a ação dos outros dias, lembrados por inúmeras confusões com a polícia. Diante da falta do que noticiar e do fim da bateria do meu celular, fui jantar com dois colegas. Andando pelo Brooklin Novo, os bares estavam abarrotados de pessoas que tomavam cerveja enquanto apoiavam suas bandeiras do Brasil, narizes de palhaço e máscaras de Guy Fawkes em cima das mesas.

Eu não vi quando um grupo de manifestantes, mais empolgados que este jornalista, se dirigiu ao palácio dos Bandeirantes, sede do governo do estado, a cerca de quatro quilômetros, de subida, a partir da Estaiada.

O Bandeirantes era um alvo almejado pelos protestos em São Paulo, mas nunca alcançado. Uma resolução da Secretaria de Segurança Pública de 1987 proíbe manifestações próximas ao palácio, o que sempre foi cumprido à risca pela polícia. Naquele dia, foi aberta uma exceção.

Os manifestantes chegaram ao Bandeirantes mais de quatro horas após o início do ato. A polícia ficou dentro dos muros, que eram pichados ao lado de fora. Atrás de uma fileira de PMs, a Tropa de Choque se mantinha parada, observando gritos de “filho da puta” e “você aí parado, também é explorado”. Garrafas e pedras foram jogadas dentro no pátio. Vários morteiros foram disparados, mas os policiais não reagiam.

Os manifestantes estavam havia quase duas horas empurrando o portão principal do palácio, quando as grades abriram e a polícia reagiu. Bombas de gás foram arremessadas no meio da multidão, que se dispersou. A polícia, em seguida, se restringiu a fechar o portão e continuar a tolerar os insultos.

A maior parte dos manifestantes foi embora naquele momento. Eu os vi

descendo a avenida Morumbi, enquanto subia em um táxi para ir à notícia que acontecia por lá. Ao chegar, vi uma fogueira feita em frente ao portão, enquanto dois ônibus trancavam a rua, vazios, e o Choque assistia a tudo, imóvel. Aquela não era a polícia paulista com que eu estava acostumado.

Decidi ir embora pouco após as duas da manhã. Logo antes, um ambulante vendia seus últimos copos d'água por R$ 2,00. Insisti para ele me falar quanto havia vendido naquela noite. Ele contou ter lucrado R$ 1500,00.

6° Protesto — 18 de junho, terça-feira

O Palácio do Anhangabaú, onde fica a prefeitura paulistana, foi projetado por Marcello Piacentini, arquiteto conhecido por seus trabalhos para o governo fascista de Benedito Mussolini na Itália. Erguido no final dos anos 1930, com o nome de Edifício Matarazzo, tem paredes largas com janelas e portas estreitas, de difícil entrada. Nas portas principais, há grades grossas de metal que sobem do chão ao teto. Semelhante a uma caixa forte, foi a sede do banco Banespa até 2004, quando a prefeitura se mudou, entre outros motivos, em busca de mais segurança.

A estrutura capaz de resguardar um banco garantiu a proteção do prédio na tentativa de invasão daquela terça-feira. Se o edifício não tivesse sido pensado para enfrentar o pior, os manifestantes teriam conseguido entrar no prédio público. Os guardas municipais responsáveis pela segurança estavam preparados, com todo seu efetivo — eram 196 deles para salvaguardar as entradas distribuídas em três andares. Eles não contavam com a ajuda da Polícia Militar, já que a base ao lado da prefeitura estava vazia. Os guardas tinham a ordem de não prender ninguém do lado de fora. O bom senso mostrava que, se houvesse uma detenção, os ânimos ficariam ainda mais exaltados.

Os manifestantes em frente à prefeitura haviam se desgarrado de um grupo maior, que saiu uma hora e meia antes da praça da Sé. Primeiro, eles arrancaram as pequenas grades que são usadas para isolar a entrada do prédio em dias de protesto. Em seguida, alguns tentaram segurar os mais contundentes para que não quebrassem as portas. Uma mulher com nariz de palhaço tentava impedir um encapuzado de escalar a grade da porta. Enquanto parte dos manifestantes pedia aos gritos por uma manifestação “sem vandalismo”, um homem refutava a multidão em uníssono pichando a fachada do prédio: “Sem moralismo”.

Quando parte dos manifestantes retirou as grades, os guardas municipais se refugiaram dentro do prédio. Antes, haviam pedido para as emissoras tirarem seus carros da área, e a TV Record foi a única que manteve sua van. O temor da guarda mostrou-se justificado quando manifestantes tentaram virar e arremessar o carro da televisão para baixo do viaduto. Já haviam tentado queimá-lo duas vezes, pelo lado de fora, quando atearam fogo em seu estofamento e finalmente tiveram sucesso.

A maior parte dos manifestantes foi embora da região a partir daquele momento. Alguns dos que ficaram se aproximaram do carro incendiado enquanto outros gritavam: “Sai, vai explodir aí, caralho”, e recebiam a resposta

“Só explode no cinema, porra”. Neste momento, um manifestante encapuzado escalou a frente do veículo e subiu no teto, levantando as mãos para cima e as dobrando em sinal de força.

Enquanto isso, pedras, garrafas, pedaços de pau e latas de refrigerantes foram arremessados na porta principal da prefeitura. A porta de vidro foi quebrada, e somente as grades ainda davam alguma segurança. Em outra das entradas da prefeitura, na rua Doutor Falcão Filho, manifestantes usavam duas placas de sinalização, arrancadas da rua, para tentar entrar. Mais de dez guardas municipais ainda lutavam para segurar a estreita porta de madeira maciça que ameaçava ruir. Em seguida, apoiaram nela as bancadas de madeira para impedir a invasão.

Sem conseguir entrar na prefeitura, manifestantes incineraram a base policial que estava vazia. Usaram as grandes arrancadas do cordão de isolamento para quebrar os vidros de uma agência bancária e depois lhe atearam fogo. Ao lado, fica uma ocupação sem-teto que já abrigou um hotel de luxo, o Othon Palace. Sem saber onde era o limite do banco, os manifestantes jogavam pedras na ocupação e tentavam invadi-la. Para defender sua moradia, cerca de vinte sem-tetos desceram com estrados de madeira. Acuados, os manifestantes foram embora. Quando o fogo começou a se alastrar da agência bancária para a ocupação, os sem-teto quebraram os vidros do primeiro andar para que a fumaça pudesse se espalhar. Outra agência bancária foi depredada do lado oposto da praça do Patriarca.

Enquanto isso, eu trabalhava em minha casa na edição do site da revista e assistia à cobertura dos protestos pela Globo News. O canal não mostrava os saques, mas falava de uma “bela festa na avenida Paulista”. O “vandalismo” tinha sumido da emissora, que mostrava o prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) com uma bandeira do Brasil, ali projetada devido à Copa das Confederações. No ar, o jornalista Jorge Pontual dizia que a emissora era responsável pela mobilização popular, e não a internet. Pontual estava falando direto de Nova York, onde é correspondente dos telejornais da Globo.

A polícia, que ignorou o que acontecia no Centro Velho durante mais de duas horas, tentou se aproximar da região às nove da noite, quando as lojas na rua Direita eram depredadas e saqueadas. Cerca de vinte policiais apareceram, mas foram expulsos pelos manifestantes. Voltaram com reforço, da Força Tática, estancando os saques na rua. Usando mais uma vez as grades de contenção da prefeitura, os manifestantes fizeram uma barricada na praça do Patriarca. O Choque passou e foi embora em seguida. Quinze minutos depois, não havia mais policiais na rua Direita, onde os saques voltaram a acontecer.

Enquanto as lojas eram depredadas, alguns policiais ignoravam os assaltos

que ocorriam, e se focavam em moradores de rua a menos de uma quadra da depredação. Policiais arrancaram uma televisão de tela plana de dentro da barraca de uma moradora, que dizia ter encontrado o televisor jogado no chão. Em seguida, um policial destruiu a barraca com uma faca.

Os boletins de ocorrência dizem que a polícia “não chegou a tempo” nos locais dos saques. As detenções aconteceram, na maioria dos casos, em outros lugares do centro, quando a Tropa de Choque voltou ao local mais de quatro horas depois dos problemas em frente à prefeitura. Os mesmos documentos atestam que quase todos os detidos eram negros ou pardos, sem formação superior e sem emprego formal. As filmagens da frente da prefeitura e das lojas mostram que a maior parte dos que as depredavam eram brancos e bem nutridos.

Entre os objetos apreendidos pela polícia naquela noite, estavam televisores, fogões, calcinhas, bonecos do Hulk e pacotes de lenço. Ao contrário da quinta-feira anterior, quando prendeu estudantes de classe média, a polícia voltava a agir de maneira seletiva, como era seu costume antes da onda de manifestações.

Na mesma noite, cerca de 150 manifestantes foram para a frente do prédio onde o prefeito Haddad mora, na Vila Mariana, bairro de classe média da Zona Sul. Eles chegaram lá às 22 horas e se retiraram logo após a meia-noite.

Haddad já temia pela segurança da cidade, e sua preocupação se agravou após aquela noite. Na manhã do dia seguinte, recebeu uma ligação do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. O carioca avisava que iria revogar o aumento do ônibus na segunda maior cidade do Brasil. Sem ele, Haddad estaria sozinho.

Os protestos não davam trégua, e o dia começou com manifestantes no bairro do M’Boi Mirim, Zona Sul da cidade, e nas rodovias Régis Bittencourt e Anchieta, que foram fechadas.

Em entrevista coletiva naquela manhã, Haddad disse que a única possibilidade para reduzir a tarifa de ônibus seria a aprovação de um projeto que desonerava as contribuições tarifárias PIS/COFINS sobre diesel e pneus, em discussão no Senado. Antes da entrevista, ele havia se reunido com seu Conselho Político. Entre os dez presentes, oito referendaram a decisão do prefeito de só baixar a tarifa com a isenção. Somente dois aconselhavam que ele baixasse a passagem logo.

O prefeito decidiu baixar a tarifa ao perceber que estava sem alternativas, depois de falar com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. O ministro disse que não havia mais condições para o governo federal, comandado pelo mesmo partido de Haddad, desonerar o transporte público. A Fazenda já havia zerado parte dos impostos federais que incidiam sobre as passagens de ônibus, trem e metrô, o que foi feito para permitir que os reajustes das tarifas em todo o país ficassem abaixo da inflação acumulada desde o último aumento, sem gerar mais

gastos para os governos locais.

O desempenho ruim da economia brasileira fez a presidente Dilma Rousseff ter dificuldade em socorrer Haddad. O governo federal já estava com suas contas apertadas por dois motivos: o crescimento mais lento da arrecadação com impostos por causa da fraca atividade econômica e a perda de receita devido a outras desonerações feitas para estimular a retomada da economia. Sem a ajuda do governo federal, Haddad ficou isolado. Para piorar a situação, Paes contou a ele que faria o anúncio da redução ainda naquela tarde.

O petista foi encontrar Alckmin no Palácio dos Bandeirantes. Na reunião, o governador disse ao prefeito que seguiria a decisão tomada pelo petista. Responsável por metrô e trem, o governo do estado não era o alvo mais atingido nos protestos. Coube ao governador anunciar ao lado de Haddad a "revogação do aumento". O prefeito se limitou a dizer que agora São Paulo precisava discutir seriamente como isso seria feito. "Temos que explicar as consequências desse gesto para o futuro da nossa cidade."

A notícia havia sido adiantada por alguns jornalistas. Os militantes do MPL foram a um bar no centro da cidade, na rua Abolição, sede de diversos movimentos sociais e sindicatos. Só acreditaram quando viram, com os próprios olhos, o prefeito e o governador anunciarem a redução. Eles haviam conseguido seu objetivo. "Não foi o Movimento Passe Livre, nem nenhuma outra organização, que barrou o aumento. Foi o povo", disse o movimento em nota elaborada logo em seguida. "Se antes eles diziam que baixar a passagem era impossível, a revolta do povo provou que não é. Se agora eles dizem que a tarifa zero é impossível, nossa luta provará que eles estão errados."

7° Protesto — 20 de junho, quinta-feira

Na quinta-feira, Gegê levou sua bandeira para a avenida Paulista, como sempre faz em manifestações. Líder de movimentos sociais de moradia, aos 64 anos de idade, pensa diferente do MPL, que não leva mastros aos atos. “Um soldado que vai para a guerra tem de estar armado. Um militante numa manifestação sem uma bandeira é um soldado desarmado”, me explicou dias depois.

Gegê estava com a bandeira da Central dos Movimentos Populares (CMP) quando viu uma jovem “miudinha” do PSTU ter sua camiseta arrancada a força por outra mulher e “dois brutamontes”. As pessoas ao redor não faziam nada. Gegê os espantou acertando a cara deles com seu estandarte.

Ele ainda defendeu a bandeira dos outros quando algumas pessoas tentaram retirar a de uma jovem do PT. Mesmo com os gritos dos militantes do partido em volta, o agressor não a soltava. Gegê os fez soltarem à força.

Diante do que vinha acontecendo nos outros atos, a hostilidade já era esperada, mas não na escala em que aconteceu. Devido a essa expectativa, movimentos sociais, organizações e partidos de esquerda se encontraram com o MPL no dia anterior, ainda antes da revogação do aumento, e combinaram que se ajudariam no ato. Eles também tentavam se unir diante da proliferação de outras pautas nos protestos daquela semana. Temia-se um descontrole entre as várias correntes reivindicatórias, o que só amplificaria o caos.

“A gente achava importante uma unidade de esquerda para politizar as pessoas que estavam nas manifestações. Eram pessoas que estavam ali inseridas no senso comum, mais do que sendo de direita ou de esquerda. Pessoas que não estavam acostumadas a ir para atos”, me explicou mais tarde um militante do MPL, ao ser perguntado porque haviam se encontrado com outros grupos.

Nessa reunião, coube a Zé Maria tomar a iniciativa de defender o PT. Presidente do PSTU, partido que surgiu de uma dissidência petista em 1993, ele tem se comportado como oposição ao governo, à esquerda do Partido dos Trabalhadores. Naquela reunião, agiu diferente. Zé Maria disse que defenderia os petistas e prometeu fazer o possível para manter as bandeiras deles em pé.

No encontro, determinou-se a criação de uma comissão de segurança entre todos os grupos de esquerda, com dois objetivos: garantir a defesa dos manifestantes e evitar vandalismos. Combinaram de sair unidos no ato e levar mais baterias, mas continuando sem carros de som.

Ausente daquela reunião, a direção do PT chamou seus militantes às

manifestações. O deputado estadual Rui Falcão, presidente do partido, pediu que fossem às ruas. À imprensa, falou não temer que os militantes fossem agredidos e que as hostilidades aos partidos iriam acabar.

Quando cheguei à avenida Paulista, pouco antes das cinco horas da tarde, percebi que o líder petista não havia só errado sua previsão, mas também agravado a situação de hostilidade. A postura dele, criticada fortemente pela imprensa e em redes sociais, acabou por amplificar os desagravos aos partidos.

Logo no início do protesto, Militantes do Juntos!, grupo de jovens do PSOL, batucavam e chacoalhavam bandeiras do partido. Ao lado, um homem com um chapéu estampado com a bandeira do Brasil estava nervoso, gritando para a bateria: “Vai para Cuba! Vai para a Venezuela, caralho! Vai para a puta que o pariu!”.

Enquanto caminhava na outra direção, vi uma raiva crescente até eu encontrar o bloco feito pela esquerda. Vários conhecidos faziam uma fileira de braços dados, numa união muito incomum. Todos estavam juntos: lideranças de movimentos sociais de moradia, do MST, de partidos de oposição ao PT, sindicalistas, anarquistas e até um grupo de brasileiros que apoiam o regime da Coreia do Norte.

À frente da fila, um homem alto, branco, enrolado numa bandeira do Brasil, gritava “mensaleiro” para um militante do PSTU, referindo-se ao escândalo petista. Ele tentava esclarecer que era da oposição ao PT, mas recebia gritos de “mentira, filho da puta”.

Alguns militantes tentavam acalmar aqueles dentre eles que se exaltavam com o clima de fla-flu político, enquanto o grupo de trás gritava “Se a bandeira não baixar, olê, olê, olá, o pau vai quebrar”. Gritos de “oportunistas” eram dirigidos a todos, incluindo organizadores da manifestação.

Em certo momento, encontrei um amigo naquela corrente, professor de história ligado a outros movimentos autonomistas. Ele me deu um beijo no rosto, lembrou a última vez que nos encontramos e disse que estava feliz em me ver. Sugeri que ele fosse embora. Ao soltá-lo, fui ameaçado pelos autodenominados nacionalistas por ser considerado “um deles”.

Quando eu tentava passar para o outro lado da confusão, encontrei uma militante que, assim como eu, fugia do grupo que tentava agredi-los. Ao verem que ela tinha um boné vermelho do MST dentro da mochila, o levaram e a ameaçaram com uma faca.

Enquanto as brigas e ameaças aumentavam, sete policiais militares estavam atrás de uma banca como se nada estivesse acontecendo. Militantes de movimentos sociais gritavam para eles, dizendo o que acontecia ao lado, mas eles preferiam ficar parados. Um militante da Consulta Popular, organização

política ligada a movimentos sociais como o MST, gritava desesperado para mim: “Faz alguma coisa, velho, você é jornalista, as pessoas têm que saber o que está acontecendo aqui”.

Enquanto os partidos começavam a abaixar suas bandeiras, encontrei um militante do MST indo embora do ato. Ele disse para mim: “Perdemos, perdemos, não tem como. É só ir embora”. Logo depois, não vi mais bandeiras de partidos e de movimentos sociais hasteadas. Vi várias delas sendo queimadas no caminho ao ir embora do ato. Até militantes do movimento negro tiveram as suas rasgadas naquela noite.

No final do ato, Gegê ainda carregava a sua bandeira. Fez os quatro quilômetros da Paulista até sua casa a pé naquela noite. Ele milita desde os anos 1960. Torturado durante a ditadura, depois chegou a ser preso por um assassinato que não cometeu. Apesar de tudo que passou, conta nunca ter visto nada parecido com aquela noite. “Nem na época da ditadura eu vivi um processo tão próximo do fascismo como no 20 de junho de 2013 na avenida Paulista.”

Epílogo

Acabo de escrever este livro três semanas após Gegê chegar no centro da cidade com a sua bandeira. Muito mudou em todo o país depois dos protestos em São Paulo.

No final de semana seguinte, a presidente Dilma Rousseff fez um discurso de dez minutos em rede nacional, respondendo às proliferações dos protestos em todo o país. “Eu quero repetir que o meu governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança. Eu quero dizer a vocês que foram, pacificamente, às ruas: eu estou ouvindo vocês! E não vou transigir com a violência e a arruaça.”

Dilma recebeu em duas semanas mais movimentos sociais em seu gabinete do que em dois anos e meio de governo. Sentou com movimentos sociais de moradia, diversidade sexual, agrários e, é claro, de transportes — quando foi chamada de “despreparada” pelos integrantes do MPL. Seguindo o exemplo de São Paulo, ao menos cinquenta cidades baixaram as tarifas de transporte público.

A presidência da República e o Congresso Nacional trabalharam em um ritmo que eu nunca havia visto desde que acompanho com afinco a política nacional. Controlar as propostas do Executivo e o trâmite legislativo se tornou uma tarefa extenuante e quase impossível. No fim desta semana, por exemplo, a maior discussão girava em torno do programa “Mais Médicos para o Brasil”, uma medida provisória do governo federal que, entre outras coisas, obriga todos os estudantes de medicina a trabalhar dois anos no SUS (Sistema Único de Saúde).

Os protestos continuaram, ainda que não com a mesma força. Na semana seguinte, as pessoas foram às ruas contra o projeto que permitia a “cura gay” (que acabou rejeitado), contra a PEC 37 (que também foi rejeitada), pela redução da jornada de trabalho, a favor do ato médico, contra o ato médico e por inúmeras outras pautas. Em São Paulo, trancar ruas se tornou algo rotineiro, que a polícia tem tolerado. Na última semana, vi um grupo de oito pessoas trancando uma rua no centro sem uma pauta clara.

O MPL, logo no final de semana seguinte, retornou ao trabalho de base que executava anteriormente. Desde então, tem participado em protestos junto a outros grupos de esquerda. Agora, dizem seus militantes, seu foco é a tarifa zero. Eles continuam sua luta por uma vida sem catracas.

Agradecimentos

A elaboração deste livro em um curto espaço de tempo não seria possível sem a ajuda inestimável de Carol Pires, Clarice Cardoso, Elisa Estronioli, Fernando Gallo, Guilherme Balza, Marina Dias, Mariana Schreiber e Tatiana Farah.

Os colegas da *CartaCapital* permitiram que este projeto acontecesse, ao abraçar meu trabalho enquanto a política brasileira seguia um ritmo frenético.

Os editores da Companhia das Letras fizeram um trabalho competente e minucioso, também em tempo recorde. Não imaginava que Leandro Sarmatz editaria um livro meu quando, seis anos atrás, ele me ensinava que Pais e Filhos é bem mais do que uma letra da Legião Urbana.

Os irmãos do Kid Foguete entenderam por que eu não fui nos ensaios durante três finais de semana. Minha família e meus amados de casa também mostraram a mesma tolerância, sem eles este trabalho também não seria possível. Já Isabela Raposeiras e sua equipe me ajudaram a suportar as madrugadas da melhor maneira possível.

Diversas fontes dedicaram tempo e paciência a mim, compreendendo e me ajudando muito neste processo apressado. Em especial, os militantes do Movimento Passe Livre tiveram a paciência de entender meu papel como jornalista nesta história. Sem a luta deles, não haveria o que contar neste livro.

Corajosos, os companheiros Marina Dias e Ricardo Galhardo fizeram com que o quarto dia tivesse um bom final neste livro.

Por fim, este livro só existe graças aos militantes e jornalistas (unidos por um grupo de Whatsapp) que estiveram juntos comigo nas ruas nestes sete dias inesquecíveis.

Copyright © 2013 by Piero Locatelli 2013
Todos os direitos reservados

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

CAPA Alceu Chiesorin Nunes

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO Verba Editorial

PROJETO GRÁFICO Joelmir Gonçalves

ISBN 978-85-8086-756-5

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS À
EDITORA SCHWARCZ S.A.
RUA BANDEIRA PAULISTA, 702, CJ. 32
04532-002 – SÃO PAULO – SP
TELEFONE (11) 3707-3500
FAX (11) 3707-3501
WWW.COMPANHIADASLETRAS.COM.BR
WWW.BLOGDACOMPANHIA.COM.BR

Sumário

Capa
Rosto
Dedicatória/Epígrafe
Introdução
1º Protesto
2º Protesto
3º Protesto
4º Protesto
5º Protesto
6º Protesto
7º Protesto
Epílogo
Agradecimentos
Créditos

COMPANHIA DAS LETRAS

#VemPraRua

AS REVOLTAS DE JUNHO
PELO JOVEM REPÓRTER
QUE RECEBEU PASSE LIVRE
PARA CONTAR A HISTÓRIA
DO MOVIMENTO

PIERO LOCATELLI

BREVE COMPANHIA | REPORTAGEM